



## ATA Nº 9/2018

Aos 28 dias do mês de junho de 2018, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões da Assembleia Municipal, reuniu-se, para a terceira sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Espinho presidida pela Presidente da Assembleia Municipal, Maria Filomena Maia Gomes e secretariada por Joana Raquel da Silva Devezas e Rosa Martins de Freitas Duarte, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre os assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia;
2. Eleger o Presidente da Junta de Freguesia em representação das freguesias do concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação de Espinho para o quadriénio 2017-2021;
3. Deliberar sobre a nomeação do Conselho Municipal de Educação de Espinho para o quadriénio 2017-2021, nos termos propostos pela câmara municipal.
4. Deliberar sobre as propostas que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
5. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;
6. Aprovar as Atas.
7. Tomar conhecimento dos Documentos de Prestação de Contas da AMP referentes ao ano 2017.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Vice-Presidente António Vicente de Amorim Alves Pinto. Estiveram também presentes os Vereadores Quirino Manuel Mesquita de Jesus e Carlos Nuno Lacerda Lopes.

Foi verificada a presença dos membros Maria Susana Gomes de Castro Valente, João Manuel Oliveira Passos, José Maria Pereira de Carvalho e Sá, António Manuel Pinto de Oliveira, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António José Nunes Teixeira Lopes, João Paulo Sobral do Couto Silva Carapeto, Guilhermino Pedro de Sousa Pereira, José Adolfo Carvalho Rocha, José Emanuel Teixeira Carvalhinho, Henrique José Pedro Cierco e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida; da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves

Ribeiro; da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta Freguesia de Silvalde – José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Guy Alberto Correia da Costa Viseu por Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ricardo Bastos Sousa por Margarida Maria Oliveira Ribeiro, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Floriano Augusto de Oliveira Alves, Diogo dos Santos Pedrosa por Manuel António Carvalho de Oliveira, Jorge Eduardo da Nave Pina por Fernanda Maria Ferreira Guedes Bastos, Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho por Nigel Carlos Randsley Pena, António Manuel de Sousa Andrade por Rui Tiago Gomes Silva.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o ponto **1: Deliberar sobre os assuntos agendados para o período de antes da ordem do dia**, com os seguintes documentos:

**Teixeira Lopes (PS): "VOTO DE PESAR:** Faleceu o Professor Manuel Ferreira Dias. Natural de Anta, homem "das sete partidas do mundo". Democrata e Antifascista autoexilou-se para não combater na Guerra Colonial. Regressado à pátria depois do 25 de Abril, completou os seus na Escola Superior de Belas Artes do Porto, onde se tornou seu professor. A sua vasta obra está representada na Europa (Holanda, França), na Califórnia e em várias cidades portuguesas. Em Espinho, foi autor dos bustos de Manuel Laranjeira, Padre Manuel Moura, Jerónimo Reis e sobretudo o monumento ao 25 de Abril. Talvez a sua obra mais emblemática seja a do Ardina na cidade do Porto. Por isso, a Assembleia Municipal de Espinho reunida em sessão ordinária em 28 de Junho de 2018, delibera: 1º Lamentar o seu falecimento. 2º Reconhecer no Professor Manuel Ferreira Dias, o cidadão democrata e o artista, como paradigma da Arte ao serviço da Democracia e da Cidadania. 3º Apresentar à família o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Professor Manuel Ferreira Dias."

Não houve intervenções.

**Votação:** aprovado com 20 votos a favor e 1 abstenção, estando presentes 21 membros.

**Henrique Cierco (PMG): "Moção Sobre a Reposição da Unidade de Cuidados Continuados Integrados na Unidade III do CHVNG/E e de outras valências:** Por força do protocolo assinado entre o Município de Espinho e o Ministério da Saúde em 2007, foi aberto no Polo III do CHVNG/E uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados com 30 camas e que se destinava à convalescença e ainda várias outras



medidas para compensar o encerramento do Serviço de Urgência. A verdade é que o referido Protocolo, apesar de nunca ter sido revogado, tem vindo a ser sucessivamente alvo de vários incumprimentos unilaterais: • Encerramento da consulta não-programada para casos agudos do foro ambulatorio, sob a responsabilidade do centro de saúde, em horário alargado, das 8h00 às 24h00; • Retirada do reforço por ambulância do INEM, com técnico de ambulância de emergência (TAE), a sedado em Espinho 24 horas por dia; • Redução do número e variedade de consultas de ambulatorio, para melhoria da acessibilidade, da qualidade e da poupança para os utentes; • Encerramento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados; Apesar das sucessivas e reiteradas promessas do CHVNG/E e do Executivo Autárquico em sentido contrário, a verdade é que o Município de Espinho tem vindo a perder muitas valias na área da Saúde prejudicando seriamente os utentes e os Espinhenses em geral. Quem não se lembra, em finais de 2014, das notícias e das juras, afirmando que a Unidade de Cuidados Continuados era para continuar? E das promessas de uma Unidade Cuidados Continuados em Espinho para privilegiar utentes locais? E onde pára a “Nova” Unidade de Convalescença para Espinho, até o Presidente da Câmara de Espinho prometeu doar 10 camas articuladas elétricas (!), prometida pelo atual governo já em finais de 2017? Os sucessivos Governos da República, sejam do PS, sejam do PSD e ainda o executivo autárquico do PSD têm feito um pacto e manto de silêncio sobre toda esta evolução negativa e são todos coniventes no agravar da situação da saúde dos Espinhenses e nas sucessivas falsas promessas. Os Espinhenses estão fartos de promessas nunca cumpridas, dos sucessivos recuos em decisões anteriormente tomadas. Bem tentam, com papas e bolos, enganar os Espinhenses; não o vão conseguir! Os vogais do Grupo Municipal PMG propõem que a Assembleia Municipal de Espinho, na sua reunião de 28 de junho de 2018, delibere aprovar uma Moção para que a Unidade III do CHVNG/E a Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Convalescença seja uma realidade a curto prazo, possibilitando que convalescença de doentes do Concelho de Espinho e ainda dos Concelhos Limítrofes possa ser feita perto da sua área de residência; e que seja Implementada e criada uma consulta não-programada para casos agudos do foro ambulatorio, com acesso a Análises Clínicas e RX.”

Intervenções:

**João Passos (PSD)** disse que estava disposto a votar o documento favoravelmente, até pela sua parte deliberativa. Contudo os seus considerandos continham inverdades,

nomeadamente, no último parágrafo da sua primeira página que leu. Se fosse retirado "... o executivo autárquico do PSD ...", por não corresponder à verdade, votaria favoravelmente, senão abster-se-ia.

**José Carvalhinho (PMG)** referiu que o constante no documento correspondia à verdade. Lembrou que em 2015, quando estava na bancada do PS, apresentara um voto de louvor ao serviço da equipa da Unidade de Cuidados Continuados em Espinho, tendo sido retirado por motivo do PSD pretender alterar o teor da deliberação do documento de tal forma que o seu sentido ficaria desvirtuado. Disse ainda que o Governo PSD decidira encerrar aquela Unidade, tendo o Presidente da Câmara Municipal assegurado, na comemoração do recebimento do milésimo doente da Unidade de Cuidados Continuados, que a mesma era para continuar, privilegiando os doentes do CHVNGE. Fez notar que, se o Presidente da Câmara fizera alguma ação para a continuação da Unidade, fizera-o de forma incompetente porque a mesma não existia. Referiu que, em novembro de 2017, o Governo PS prometera que a Unidade funcionaria em Espinho e que, novamente, o Presidente da Câmara assegurara que teriam aquela Unidade, sendo uma forma de angariar votos. Disse que não retiraria nada ao documento.

**Teixeira Lopes (PS)** disse que estavam a discutir e a votar, única e exclusivamente, um documento que reivindicava promessas não concretizadas, ao longo dos anos, no sentido de dotar o hospital de Espinho das valências no mesmo enunciadas. Salientou que votar aquele documento era votar na defesa dos interesses de Espinho, da sua população e dos que precisavam de ser auxiliados com a concretização daquelas reivindicações, pelo que o PS votá-lo-ia favoravelmente.

**João Carapeto (PS)** referiu que era indiscutível que não houve grande esforço por parte do executivo camarário. Fez saber que os Vereadores do PS na Câmara Municipal diligenciaram para saber o ponto da situação e tiveram conhecimento, por uma informação emanada da ARS, que faltava unicamente o envio aos Serviços Centrais de um documento chamado custo benefício, para poder ser autorizada a contratação de pessoal, que era o que antecedia em cerca de 3 ou 4 meses a abertura do serviço. Referiu que tentar saber o ponto da situação era mais importante do que discutir quem tinha culpa.

**João Passos (PSD)** lembrou que fora um Governo PS e uma Câmara PS que fecharam os serviços em Espinho e que isso não constava da moção. Disse que a



Câmara estava a tratar do assunto e que abertura dos serviços estava para breve porque tinha informação de que as camas já tinham sido adquiridas.

**Nigel Randsley (CDU)** disse que votaria o documento favoravelmente, embora o documento não correspondesse a toda a verdade, uma vez que nele faltava citar o virar costas dos deputados na Assembleia da República às questões da saúde em Espinho, abstendo-se em todas as questões votadas.

**Vice-Presidente CME** referiu que, na revisão orçamental aprovada em Maio, estava inscrita uma verba para aquisição de 10 camas elétricas para a Unidade de convalescença do hospital e que a Câmara lançara o procedimento concursal para o efeito, encontrando-se já em fase de adjudicação. Referiu que existia um compromisso por parte do Ministério e do hospital para que aquela Unidade fosse aberta até ao final do ano em curso, ficando dotada com 34 camas no total. Referiu ainda que a Câmara Municipal fizera e mantivera vários contactos com as entidades envolvidas no processo.

**Votação:** aprovada com 15 votos a favor e 10 abstenções.

**Presidente JF Silvalde:** “**Voto Louvor:** O Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, anunciou em Espinho a abertura do concurso público para a modernização do troço Espinho-Gaia da Linha do Norte, no valor de 49 milhões. Os trabalhos terão início em junho de 2019, ao ritmo de seis horas por noite, para permitir que os comboios continuem a circular durante o dia, embora com tempos de viagem mais elevados. A empreitada tem uma duração prevista de um ano e meio e contempla, para além da substituição dos carris, travessas e balastro, a eliminação de passagens de nível, o alteamento e alargamento das plataformas de acesso de estações e apeadeiros e a renovação das estações da Granja e Gaia. A Assembleia Municipal de Espinho, na sua sessão de 28 de julho de 2018, congratula-se pela supressão de três passagens de nível em Espinho no seu território, com a construção de uma passagem inferior rodoviária e uma passagem superior pedonal junto ao bairro piscatório da Marinha, Silvalde, e uma passagem inferior a norte do Rio Largo.”

#### **Intervenções:**

**José Carvalhinho (PMG)** disse que concordava com o documento mas custava-lhe dar um voto de louvor por algo que já devia ter sido realizado há quatro anos, por algo que fora discutido durante tanto tempo, sendo que continuavam sem passagens

desniveladas para peões. Esperava que, agora, o concurso público fosse de facto aberto.

**João Carapeto (PS)** disse que estavam a falar de uma visão completamente diferente daquilo que se pretendia na forma como os transportes de passageiros e de mercadorias era efetuado. Havia uma política de aposta na ferrovia como já não acontecia há muitos anos que refletia uma lógica diferente daquela que tinha sido até agora, numa lógica de pensar no problema globalmente e não numa lógica de remendos, pelo que, entendia que merecia louvor.

**Manuel Dias (Presidente JF Paramos)** disse que, tendo o governo decidido avançar primeiro com a execução da passagem desnivelada no bairro piscatório em Silvalde, não lhe ficava muito bem, na qualidade de Presidente da JF de Paramos, bater palmas a um programa que deixava Paramos para segundo plano, embora compreendesse as prioridades estabelecidas e aceites pela Câmara Municipal para resolver a situação em Silvalde. Sabia que Paramos teria uma passagem automatizada temporária que, embora não resolvesse o problema, minimizava os tempos de espera e esperava que o Governo cumprisse a calendarização do programa de forma a contemplar a freguesia de Paramos com a passagem desnivelada prevista, referindo ainda que, na sua opinião, a freguesia devia ter duas passagens desniveladas.

**Nigel Randsley (CDU)** disse que abster-se-ia, principalmente porque a CDU entendia que executar as tarefas que deviam ser executadas não era de louvar. Referiu que a construção daquelas passagens era uma necessidade imperativa que já devia ter sido efetuada há muito tempo e que fazer agora um voto de louvor era esquecer as mortes que aconteceram naquele local por não existirem passagens. Por outro lado, não era claro que o investimento feito pela IP fosse positivo no seu todo, podendo-se estar a assistir a manobras que visavam a privatização do sistema de carga em Portugal, como acontecera com os CTT. Fez notar que o problema do sistema ferroviário em Espinho era muito mais complexo do que o das passagens e que o Partido Comunista defendia a manutenção do sistema ferroviário, tendo-se batido ferozmente pela recuperação da Linha do Vouguinha, ao contrário do PS que, na Assembleia da República, era contra. Perguntou se ninguém estava preocupado pelo facto do Concelho de Espinho não ter estações da CP.

**João Carapeto (PS)** esclareceu que a CP cargas estava já privatizada desde 2016.



**José Carvalhinho (PMG)** disse que, inicialmente, falava-se na execução de 6 passagens desniveladas no concelho: 2 em Paramos, 2 em Silvalde para automóveis e mais uma para peões e 2 em Espinho, o que demonstrava a fraqueza e a incapacidade que as forças políticas em Espinho tinham em afirmar o concelho como força de poder e contrapoder junto das entidades centrais e das entidades oficiais.

**Vice-Presidente CME** esclareceu que era um processo que datava de 2005, da altura em que fora enterrada a linha férrea e que a execução das passagens desniveladas estava prevista desde aquele ano. Disse que, quer a obra de enterramento da linha férrea, quer a construção das passagens desniveladas tinham a ver com uma decisão de modernização da linha do norte, em que foi ponderada efetuar a quadruplicação da linha, obrigando à construção de muros na cidade, mas que a ideia fora abandonada e lançado um processo de construção de uma linha de alta velocidade, sendo que aquela decisão também fora abandonada, contudo o processo de enterramento da linha férrea em Espinho tinha avançado. Fez notar que a Assembleia Municipal debruçara-se sobre todo aquele processo. Referiu que, no âmbito da modernização da linha do norte, a regulamentação comunitária, obrigava a existência de passagens desniveladas e que, naquele momento, faltava ainda intervir no troço entre Ovar e Gaia, sendo que as passagens de nível eram um problema de segurança, tornado mais notório tendo em conta o aumento de tráfego e a situação de falta de visibilidade na saída do túnel a sul na zona do bairro em Silvade. Referiu que em 2014 ou 2015, a IP queria avançar com os concursos, contudo não podia fazer todo o investimento, devido às restrições que se viviam à data, pelo que encetou negociações com os municípios para, abdicando de algumas intervenções, avançar com o concurso para o troço em falta. Disse que o município de Espinho fizera um acordo para início, em março de 2016, das intervenções mais contidas, mas o governo mudara em finais de 2015 e não tivera orçamento até abril de 2016. A empreitada para a qual seria agora lançado concurso iniciar-se-ia pelo troço de Ovar – Espinho e incluía as passagens de nível e a requalificação da própria linha férrea. Referiu que a automatização da passagem de nível em Paramos era necessária e obrigatória por ser uma questão de segurança técnica da própria obra. Referiu que, independentemente de ter mudado o Governo, as instituições e os compromissos tinham de ser respeitados, sendo que a Câmara Municipal estava satisfeita pelo facto da palavra dada ter sido honrada. A Câmara Municipal oferecera o projeto da passagem pedonal à IP em devido tempo para ser incluída no concurso e o processo tivera uma intervenção sempre profícua e

relevante por parte da Câmara no sentido de que, nesta primeira fase, fossem incluídas algumas das intervenções nas passagens desniveladas no concelho de Espinho.

Votação: Aprovada com 23 votos a favor e 2 abstenções

**Teixeira Lopes (PS):** "Moção de Censura: 1. No dia 29 de Maio de 2018, o Dr. Vicente Pinto, Vice-presidente da C.M.E., em entrevista concedida ao jornal Bancada Central, para explicar o processo de construção do Estádio Municipal, afirmou: (...) A única possibilidade do Estádio Municipal não ser executado é a Assembleia Municipal o Boicotar (...). 2. Na mesma entrevista, o Sr. Vice-presidente Dr. Vicente Pinto, afirmou "(...) que o Orçamento para 2018 (que continha a inscrição do projeto do Estádio Municipal) teve o voto contra dos partidos da oposição. Se não fossem os presidentes de Junta, hoje não tinham Orçamento (...). O que não corresponde à verdade dos fatos, já que ao abster-se, o PS viabilizou a aprovação do Orçamento. 3. A Assembleia Municipal de Espinho na riqueza da sua diversidade democrática e política, manifesta a sua opinião, aceita o seu contraditório e respeita a votação final. Não boicota e não aceita boicotes, e muito menos inverdades. E muito menos demagogia e oportunismo políticos para confundir opinião pública ao acusar a oposição e a Assembleia Municipal de "boicote". Assim, a Assembleia Municipal de Espinho reunida em sessão ordinária, em 28 de Junho de 2018, delibera: Censurar o Sr. Vice-Presidente da C.M.E. Dr. Vicente Pinto, por na entrevista concedida ao jornal Bancada Central, ter acusado a Assembleia Municipal de Espinho de boicotar a construção do Estádio Municipal."

O vogal Teixeira Lopes acrescentou ainda que o verbo boicotar tinha, na língua portuguesa, uma conotação muito má, trazia o veneno que podia intoxicar a opinião pública em relação à Assembleia Municipal, ficando aquela induzida a pensar que se o estádio municipal não fosse construído os culpados eram os membros da Assembleia Municipal. Fez notar que não se tratava de um ataque pessoal, apenas discordava do termo usado na entrevista.

**João Passos (PSD)** referiu que usar o vocábulo boicote não era menos pejorativo do que dizer que a entrevista tivera como objetivo intoxicar a opinião pública. Disse que no contexto da entrevista o Sr. Vice-presidente estava a referir-se à oposição. Disse que o vocábulo boicotar não era ofensivo e que não via qual o objetivo daquela moção, qual a utilidade de uma deliberação naquela Assembleia Municipal sobre aquele assunto.





**Nigel Randsley (CDU)** referiu que a CDU votaria contra a moção de censura por motivo dos vogais do PS estarem numa atitude de mestres-escola, dizendo o que podiam ou não podiam fazer, por não irem de encontro às suas definições filosóficas e quiçá morais. Disse que a expressão era comumente utilizada em política dando vários exemplos.

**Teixeira Lopes (PS)** protestou dizendo que quem andava na política tinha de medir muito bem a forma com usava as palavras, dado que a palavra boicotar tinha uma conotação pejorativa e quando utilizada numa entrevista tinha resultados e consequências em termos de opinião pública, ficando-se com a ideia de que aquela Assembleia Municipal boicotava, o que não era verdade. Reconheceu que fora pouco providente na utilização da palavra intoxicar, agradecendo ao vogal João Passos a chamada de atenção, o que lhe permitiria não repetir o erro.

**João Carapeto (PS)** procedeu à leitura da definição da palavra boicotar e disse que a moção apresentada fazia todo o sentido naquele contexto, dado que boicotar dava a entender que, quando a Assembleia votava contra qualquer assunto, estava a recusar-se a qualquer colaboração como forma de represália. Disse que quando decidira ser candidato à Assembleia Municipal sabia que seria para defender os interesses de um programa eleitoral e que, se aquele não passasse, seria fiscalizar a atividade da Câmara Municipal e, discordando com aquela atividade, primeiro, propor alternativas e depois votar contra se assim o entendesse. Referiu que a entrevista dada pelo Vice-presidente da Câmara Municipal tinha uma mentira pegada, uma vez que a grande maioria da oposição abster-se e não votara contra o orçamento como referido naquela entrevista. Fez notar que a Câmara nunca tivera, da parte da Assembleia, um voto que impedisse a sua atividade.

**José Carvalhinho (PMG)** referiu que para cumprir as promessas eleitorais do candidato Pinto Moreira, a Câmara Municipal assumira o compromisso de construir o estádio municipal, sendo que no orçamento 2018 incluía o projeto do estádio faltando o resto, pelo que seria necessário a aprovação do orçamento para 2019 para continuar a obra. Disse que naquela entrevista denotava-se uma enorme falta de cultura democrática do Vice-presidente da Câmara. Disse existir uma arrogância política do PSD derivado às maiorias que tivera no passado, não estando habituado a dialogar previamente com a oposição. Referiu que não passariam cheques em branco ao executivo na aprovação do orçamento só porque tinham um estádio para construir, o que considerava chantagem política para com a Assembleia.

**João Passos (PSD)** disse que ficara sem perceber se o PMG não queria o estádio municipal, se não queria que o SCE pudesse usar um estádio municipal. Fez notar que não deixava de ser curioso estarem a discutirem uma moção por causa da terminologia usada na comunicação social e usarem, na Assembleia Municipal, o termo chantagem. Disse que já ouvira em discussão, no atual mandato, o vogal João Carapeto, quando da discussão sobre o quartel dos bombeiros, a insinuar que elementos, quer da Assembleia quer do executivo camarário, eram corruptos e que elementos do executivo tinham interesses, negócios e que, por essa razão, queriam as coisas aprovadas, sendo que era curioso não ter sido também apresentada uma moção de censura.

**João Carapeto (PS)** protestou pelas afirmações do vogal João Passos e referiu que o que dissera não era nenhum ataque de natureza pessoal, tinha apenas a ver com a atividade política de cada um, sendo que pretendia significar e mantinha que, naquele momento, o interesse não eram os bombeiros nem a cidade, mas sim o interesse político-partidário.

**Manuel Dias (Presidente JF Paramos)** referiu que, tendo lido a entrevista em questão, não concordara com aquela frase e com a expressão utilizada, mas não seria ele, como elemento da Assembleia Municipal, que boicotaria o estádio municipal. Disse que, por uma questão de coerência, não poderia votar favoravelmente aquela moção de censura e que, no futuro, também não votaria qualquer moção de censura apresentada.

**Vice-Presidente CME** disse que, na política, ninguém devia ser censurado, dado que há pouco mais de 40 anos, tiveram um regime em que as pessoas eram impedidas de falar. Disse que seria muito difícil que a censura o faça alterar a sua liberdade de expressão. Fez notar que aquele documento era um atestado de menorização das funções de todos os vogais, em particular da oposição, e dos seus próprios proponentes. Disse que nas intervenções anteriores, nomeadamente na intervenção do vogal João Carapeto, fora ofendido de forma grave. Referiu que a entrevista fora oral e resumida. Disse que a Câmara Municipal cumpriria com o seu programa eleitoral, mas que dependia da Assembleia Municipal aprovar as decisões necessárias. Referiu que nunca teve intenção de ofender os vogais da Assembleia Municipal e pediu que respeitassem a Câmara Municipal enquanto órgão, o seu Presidente e os seus Vereadores.



**Teixeira Lopes (PS)** protestou dizendo que não tinha medo das suas afirmações, da sua assunção política e lastimava que tivesse confundido censura, instituição fundada no antigo regime com o constante da moção, dado que a mesma aludia à forma como fora usado o verbo boicotar que condicionava a opinião pública. Disse que não era censor e que não limitava a liberdade a ninguém.

Havendo algumas manifestações por parte do público, a Presidente da Assembleia disse que os presentes tinham de manter-se em silêncio.

**Vice-Presidente CME** disse que ausentar-se-ia da sala previamente à votação do documento uma vez que era a pessoa visada, ficando a Câmara Municipal excecionalmente representada pelo Vereador Quirino de Jesus.

O membro Guilhermino Pedro Pereira (PS) pediu a palavra para propor que a votação do documento fosse efetuada por escrutínio secreto. Houve oposição de um membro da Assembleia Municipal, tendo a Presidente da Assembleia Municipal, após leitura do n.º3 artigo 59.º do Regimento, submetido a proposta do vogal Guilhermino Pedro a votação do plenário. A proposta foi rejeitada com 12 votos contra, 10 votos a favor e 3 abstenções, pelo que procedeu-se a votação nominal, tendo a moção de censura sido rejeitada com 12 votos a favor, 12 votos contra, 1 abstenção e o voto de qualidade contra da Presidente da Assembleia Municipal.

## **Ponto 2. Eleger o Presidente da Junta de Freguesia em representação das freguesias do concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação de Espinho para o quadriénio 2017-2021**

Pediu a palavra o **Presidente da JF de Anta e Guetim, Nuno Almeida**, referindo que os Presidentes das Juntas de Freguesia, após reunião conjunta, propuseram-no como candidato a representante das freguesias do concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação de Espinho para o quadriénio 2017-2021.

Efetuada a votação por escrutínio secreto, o Presidente da JF de Anta e Guetim, Nuno Almeida, foi eleito em representação das freguesias do concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação de Espinho para o quadriénio 2017-2021, com 15 votos a favor, 4 votos contra, 3 votos nulos e 3 abstenções.

O vogal **João Carapeto (PS)** pediu um ponto de ordem a mesa, para os efeitos do artigo 33º n.º 1 do regimento, tendo a Presidente da Assembleia Municipal referido que, por motivo da reunião já ter ultrapassado 3 horas de duração, iria submeter ao

plenário a decisão de prosseguir com a mesma, não lhe concedendo a palavra, sendo que o vogal João Carapeto recorreu, para o plenário, daquela decisão. Efetuada a votação, a decisão da mesa de não conceder a palavra ao vogal João Carapeto foi revogada.

O vogal **João Carapeto** tomou a palavra para dizer que, em nome do grupo do PS, solicitava, em cumprimento do artigo 33º n.º 1 do regimento, a interrupção dos trabalhos dado já terem ultrapassado, em 20 minutos, o tempo de duração da reunião. Disse que prolongar a reunião gerava uma deficiência nos trabalhos da Assembleia e uma sobrecarga desnecessária dos vogais. Referiu ainda que, caso assim não fosse, o grupo do PS ausentar-se-ia da sala.

**Susana Valente (PSD)** pediu para intervir e disse que há algum tempo atrás, o vogal João Passos fizera exatamente o mesmo pedido à Mesa para recurso para o plenário de uma decisão da mesa, tendo-lhe sido negado aquele direito, pelo que o vogal João Passos (PSD) e ela próprio ausentar-se-iam da sala.

**Vice-Presidente CME** pediu a palavra para informar que o ponto 3 da Ordem de Trabalhos consistia numa votação simples da proposta apresentada pela Câmara para a nomeação do Conselho Municipal de Educação de Espinho e que, não sendo apreciado, adiaria o início do funcionamento do Conselho Municipal. Referiu ainda que a Assembleia Municipal estivera cerca de duas horas a discutir os documentos do período de antes da ordem do dia, quando o regimento apenas previa uma hora para o efeito. Perguntou se, adiando aquele assunto, o PS pretendia impedir a entrada em funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

**José Carvalhinho (PMG)** pediu um ponto de ordem e referiu que, de acordo com o Regimento, era prerrogativa do plenário da Assembleia Municipal prolongar os trabalhos pelo que solicitou que fosse colocada a votação do plenário o prolongamento dos trabalhos.

**João Carapeto (PS)** referiu que não se tinha apercebido que apenas faltava aquele ponto para terminar o assunto. Disse que o interesse público prevalecia e que não podiam prejudicar de maneira nenhuma o funcionamento do Conselho Municipal de Educação pelo que retirava o requerimento feito à Mesa.

A Presidente da Assembleia procedeu então à leitura da proposta de composição do Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2017-2021, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.



## **Declaração de Voto:**

**PMG:** “Os vogais do Grupo Municipal Leonor Fonseca-Pela Minha Gente votaram favoravelmente a proposta de composição do Conselho Municipal de Educação de Espinho para o quadriénio 2017-2021 porque a sua composição corresponde ao disposto no Decreto-Lei 7/2003 de 15 de janeiro e resulta de um processo democrático e participado por todos os agentes da Comunidade Educativa. Os vogais do Grupo Municipal Leonor Fonseca-Pela Minha Gente congratulam-se por verificarem que a reinstalação do Conselho Municipal de Educação resulta da nossa Recomendação que foi devidamente acolhida pelo executivo municipal. Tal como afirmamos na Recomendação apresentada em fevereiro deste ano, o Conselho Municipal de Educação, enquanto órgão de coordenação e de consulta que tem por objetivo, a nível municipal, promover a coordenação da política educativa, tem ainda um papel fundamental no processo de elaboração e de atualização do Plano Estratégico Educativo Municipal e da Carta Educativa. Por isso, os vogais do Grupo Municipal PMG desejam um bom e profícuo trabalho ao Conselho Municipal de Educação e fazem votos para que neste quadriénio o Executivo Municipal cumpra o disposto no Decreto-Lei 7/2003 de 15 de janeiro, com as atualizações contidas no DL n.º 72/2015, de 11/05, nomeadamente promovendo as reuniões obrigatórias deste importante órgão.”

Nos termos regimentais, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu o período para intervenção do público presente.

Interveio Saudade Maria M.M.P. Teixeira Lopes que pediu desculpa à Assembleia Municipal por ter-se manifestado durante a reunião, contudo disse que não conseguia ouvir o que se estava a passar, por motivo do falatório e dos risos na sala por parte dos membros da Assembleia. Referiu também o problema das pombas que estavam a proliferar na cidade, que eram animais perigosos para a saúde pública e ainda provocavam a destruição das habitações.

Diogo Couto também interveio para pedir desculpa à Assembleia pelo seu comportamento. Contudo referiu que tem assistido a assembleias que não eram coerentes, manifestava-se porque entendia que a mesa não tratava todos de igual modo, pedindo que fosse justa.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião, marcando a continuação dos trabalhos para o dia 3 de julho de 2018.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas, por unanimidade, em minuta ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após sua leitura pela Presidente da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal,

---

A Funcionária Municipal,

---